

# **A revitalização dos jardins: reflexões sobre educação ambiental**

## **Garden restoration: a reflection on environmental education**

*Izabel Zaneti\**

### **Resumo**

O artigo discute a importância da revitalização do espaço como proposta de educação ambiental. O lixo depositado nos jardins dá lugar a projetos paisagísticos de alunos da Faculdade de Educação (FE), que passam o termo de compromisso aos alunos dos outros semestres para que dêem continuidade e sustentabilidade ao projeto.

**Palavras-chave:** Lixo. Revitalização. Jardins. Educação ambiental. Sustentabilidade.

### **Abstract**

This paper discusses the importance of restoring public areas as a means for environmental education. Waste placed on gardens enabled the development of landscaping projects by undergraduate students of the Faculty of Education (FE). Continuity and sustainability of the projects were maintained by transferring the responsibility of the work to students of subsequent semesters.

**Keywords:** Waste. Restoration. Gardens. Environmental education. Sustainability.

### **Introdução**

Este estudo teve seu embrião em 1993, quando era aluna do Mestrado na Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB). Nossas aulas eram na sala 11 nos prédios do FE 5, ou fora, nas varandas do FE 1 e sob as árvores do campus universitário. Preocupava-me a situação de abandono do campus.

---

\* Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Mestre em Educação. Doutoranda em desenvolvimento sustentável – CDS – UnB. Email: izaneti @ terra. com .br

Anos mais tarde, em 1997, como docente na graduação da FE, voltei a trilhar os mesmos caminhos, as mesmas árvores, os mesmos jardins, e eles continuavam no mesmo estado: profunda degradação. Observava as pessoas passando por ali, jogando seus lixos, sem nada fazer para mudar. Isso provocava uma grande incidência de insetos e mal-estar.

Esse lixo traduzia o descaso, o descuido com o meio ambiente refletindo uma educação como um processo fragmentado, no qual a Universidade representava o espaço de aprendizagem teórica, não tendo lugar para o sentimento de pertencimento e cuidado com o campus.

Diante dessa realidade, iniciei uma discussão com os alunos em sala de aula, propondo fazer uma caminhada pela Faculdade de Educação e pelo campus a fim de observar criticamente o estado em que o ambiente se encontrava, e, a partir daí, discutir o que poderíamos fazer. Os alunos ficaram alarmados com o que viram, com a quantidade de lixo jogado no chão, a poluição sonora e visual, o descuido com as áreas verdes.

O olhar crítico fez com que eles enxergassem os problemas que antes não enxergavam, pois estavam acostumados e acomodados com aquele cenário, que passou a ser natural para eles.

Decidimos então realizar uma ação ambiental que começou com uma enquête aplicada aos alunos, professores, funcionários e visitantes do campus, para diagnosticar quais eram os principais problemas ambientais e quais as possíveis soluções. O local escolhido para a enquête foi o ICC, pela maior concentração de pessoas dos diversos cursos da UnB, e a FE, por ser o nosso curso, o espaço que habitávamos. Foram detectados como problemas ambientais: o lixo, a degradação das áreas verdes e comuns, dentre elas os banheiros, os jardins, a poluição visual e sonora.

A partir daí, os alunos das disciplinas Introdução à Educação, Tópicos Especiais em Educação Ambiental e Práticas Comunitárias em Educação Ambiental escolheram como temas de trabalho para desenvolver uma ação ambiental: a coleta seletiva do lixo e a revitalização dos jardins da FE. O local escolhido pelos alunos para a primeira ação foi o jardim do prédio FE 5, em frente às salas de aula.

Trabalhamos a revitalização no sentido amplo, não somente de refazer um projeto paisagístico, mas de trazer à discussão dentro da Faculdade de Educação o sentido e o significado de restaurar um espaço da natureza deteriorado, que integra a arquitetura da FE e que se encontrava totalmente descuidado, sendo utilizado como depósito de lixo pelas pessoas que passavam por ali. Paralelamente, decidimos discutir a transição do paradigma em que vivemos, a

crise de visão de mundo, os princípios da educação e da alfabetização ecológica, da ética e da cidadania que envolviam o tema.

Cada passo do projeto foi discutido e deliberado de forma conjunta com os alunos, com a direção da FE e com as pessoas envolvidas no Decanato de Ações Comunitárias, no Decanato de Administração e Finanças e na Prefeitura, reforçando constantemente o caráter participativo, permitindo assim refletir coletivamente, avaliar o que estava sendo feito e planejar as novas ações.

Este trabalho teve como objetivos: 1) conscientizar a comunidade acadêmica da relação existente entre educando/ambiente e homem/natureza como partes inseparáveis de um todo integrado e articulado, sem dissociá-lo de um sistema maior; 2) integrar as salas de aula às áreas verdes externas; 3) desenvolver um plano de gestão participativa buscando o envolvimento e o pertencimento da comunidade universitária à Faculdade onde se desenvolve o processo educativo e ao campus; 4) refletir sobre a revitalização sob a ótica da educação ambiental.

Iniciamos o projeto de revitalização com os jardins do prédio FE 5, seguindo para os outros quatro jardins das áreas externas e internas dos outros prédios que compõem a faculdade: FE 1 e FE 3, conforme mostram as duas fotos dos jardins antes e depois da revitalização (*vide* página seguinte).

Começamos com mutirões de limpeza tirando o lixo dos jardins, planejando junto com as pessoas envolvidas, fazendo campanhas de educação ambiental para conscientizar a população que ali freqüentava da necessidade de revitalizar o lugar e preservá-lo.

A ação integrou vários setores da UnB além da FE, tais como o Decanato de Administração e Finanças, o Decanato de Assuntos Comunitários, a Prefeitura, a Faculdade de Arquitetura, para que juntos pudéssemos executar as várias etapas do projeto desde a sua concepção, o memorial botânico, a descrição de custos, as parcerias até a sua execução, inauguração e divulgação. Foi criado também um termo de compromisso a ser divulgado e avaliado pelos alunos calouros da FE, no início de cada semestre, durante o período letivo, envolvendo-os no projeto para que pudessem assumir voluntariamente sua participação, a fim de dar seguimento, manutenção e sustentabilidade a estas ações.

Hoje, o projeto integra o Programa da Agenda 21 da UnB, estendendo-se às outras áreas verdes do campus, e tem como objetivos propor a discussão das questões ambientais e de sustentabilidade da Universidade e estabelecer um plano de ação que resulte na melhoria da qualidade de vida no campus, sob uma perspectiva de auto-sustentabilidade e interatividade com as Agendas 21 local e brasileira.



*FOTO 1 - ANTES DA REVITALIZAÇÃO - SETEMBRO / 1998.*



*FOTO 2 - DEPOIS - DEZEMBRO / 1998.*

## Base teórica

### Gestão/Educação Ambiental

A concepção de gestão/educação ambiental implica diretamente na participação das pessoas e no desenvolvimento da cidadania.

O processo participativo pode propiciar às pessoas e comunidades uma reflexão contextualizada sobre a realidade e proporcionar a formação e capacitação destas para vivenciar situações coletivas de forma democrática e consciente. Sobre processos grupais, a participação, quando existe de fato, é necessariamente educativa, e propicia níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. Na medida em que se produz essa participação consciente e orgânica do grupo comunitário, dão-se ações concretas de transformação social e, dessa maneira, consegue-se influir, direta ou indiretamente, na transformação da realidade.

A participação só pode ser aprendida e aperfeiçoada sendo praticada. O aprendizado das condições necessárias para a participação, abordadas por Faundez (1993), Spazziani (1993), tais como o sentimento de pertencimento ao grupo, o diálogo e a determinação das necessidades coletivas, é de fundamental importância para a construção do conhecimento necessário para a solução dos próprios problemas, o desenvolvimento da cidadania com poder e capacidade para a tomada de decisões. A participação é um processo, uma conquista importante.

Nesse contexto, o entendimento da questão pelo viés da cidadania diz respeito à forma como essa busca de participação e resolução política das carências cotidianas está sendo resolvida.

O entendimento do conceito de qualidade de vida, ou a forma como é encarado, deverá constituir-se da visão que o sujeito, como participante de uma sociedade urbano-industrial, tem da sua própria vida, de seu ambiente social e do grupo ao qual pertence, “a busca da cidadania como um processo de construção poderá se dar através da melhoria da qualidade de vida, fator que por si só impulsionará a participação coletiva” (Barbosa, 1992, p. 207).

Pesquisas em gestão/educação ambiental em universidades mostram que cada campus tem a sua peculiaridade. Dentre elas, destaco Sorrentino (1995), que argumentou sobre a necessidade de reformulações no interior da universidade e no seu relacionamento com a sociedade para que se possa contribuir na formação de profissionais e indivíduos e no desenvolvimento de pesquisas voltadas à recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

Diniz (1999), realizou um estudo de caso para o campus Luiz de Queiroz, na Universidade de São Paulo, em Piracicaba e detectou que, a partir do seu

estudo, houve na instituição uma ampliação nas ações e reflexões sobre a questão ambiental, percebendo que a concepção de um ambiente naturalizado e fragmentado modificou-se para uma concepção integradora, levando em consideração sua condição de ser construído pelo homem e dependente de fatores históricos, culturais, econômicos e políticos. Embora esses caminhos tenham encontrado resistências e dificuldades na USP, esta ampliação veio de diversas iniciativas da comunidade universitária que procuravam respostas em termos de uma nova postura frente aos acontecimentos da modernidade.

Tais conclusões indicam que, quanto mais participação da comunidade universitária, maior a probabilidade de êxito de projetos desta natureza.

A educação ambiental tem sido muito discutida em nível mundial e local, resultando em documentos relevantes no seu desenvolvimento. Dentre eles, as recomendações de Tbilisi (1977), da Agenda 21 (1992) e do Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992).

A Conferência de Tbilisi definiu a educação ambiental como “um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência de seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente –, a resolver os problemas ambientais”.

Podemos dizer que a educação ambiental tem como característica ser um processo dinâmico integrativo, transformador, participativo, abrangente, globalizador, permanente e contextualizador. Isso quer dizer que a educação ambiental tem uma relação interdisciplinar com as diversas áreas do conhecimento (social, cultural, político e econômico) e com os sistemas naturais (atmosférico, biológico e hidrológico).

No Brasil, a Lei 9.795, de 27/04/99, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que é definida como “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Os princípios básicos são: enfoque humanista e participativo; concepção do meio ambiente em sua totalidade; pluralidade de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva de inter, multi e transdisciplinaridade; vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; garantia de continuidade e permanência do processo educativo; abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Por ocasião da Rio/92 foram produzidos três documentos importantes para a validação da educação ambiental no âmbito internacional: a Agenda 21<sup>1</sup> (elaborada pelos chefes de Estado), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (elaborado pelo Fórum Global, realizado paralelamente por ONGs de todo o mundo) e a Carta Brasileira de Educação Ambiental (elaborada pela coordenação do MEC).

A educação para o desenvolvimento sustentável se resume em dois processos pedagógicos complementares: 1) a sensibilização, entendida como compreensão das relações entre sociedade e natureza, entre meio ambiente e desenvolvimento e entre os níveis global e local, e 2) ética, mudança do comportamento, que desenvolve atitudes menos predatórias e habilidades técnicas e científicas orientadas para a sustentabilidade.

Há uma insustentabilidade da estrutura sócio-ambiental das cidades, tanto das relações entre as pessoas, como das relações das pessoas com a natureza. Para que essas relações sejam viáveis, é necessário que haja uma educação integrada no processo de Gestão Ambiental que “proporcione as condições necessárias para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades, e, que desenvolva atitudes, visando à participação individual e coletiva na gestão do uso de recursos ambientais e na concepção e aplicação das decisões que afetam a qualidade dos meios físico-natural e sócio-cultural” (Quintas, 2000, p. 18).

O processo de revitalização dos jardins mostrou que a participação da comunidade universitária, a conscientização e a educação ambiental são de fundamental importância à cidadania e à qualidade de vida.

A cidade universitária vive os mesmos problemas ambientais das demais cidades. Observamos que no momento em que as representações simbólicas passam a explicar as ações dos participantes da organização e não somente os papéis que exercem, as características e os rumos da universidade podem ser dados de forma criativa e responsável, por seus membros e por outras pessoas e organizações que interagem com ela. Para isto, é imperioso que as relações entre as pessoas e destas com a natureza, bem como a gestão ambiental, se dêem dentro de uma dimensão ética. Segundo Unger (1991, p. 71), “...é de singular importância a construção de uma ética que nos permita viver harmonicamente sobre a Terra, e que se baseie no sentido de respeito e de cordialidade pela Terra e por seus habitantes (...) essa ética, por sua vez implica uma mudança radical em nossa maneira de compreender a nossa identidade enquanto humanos e o nosso lugar no cosmos, nosso lugar entre os outros seres”.

A educação ambiental deve contribuir para a formação da consciência do nosso aluno/cidadão, necessária à compreensão do seu envolvimento nesse processo de sustentabilidade do meio ambiente, começando pelo espaço onde ele habita, no caso desta experiência, o espaço-campus universitário.

### **Sustentabilidade**

A crescente ameaça de colapso ambiental e de esgotamento de recursos produzidos pela lógica do lucro – a essência do capitalismo – e a necessidade de encontrar soluções explicam um movimento, também crescente, na revisão do paradigma, no sentido de pensar as condições de operacionalização social, política e tecnológica do desenvolvimento sustentável.

Assim, nas discussões sobre os rumos do processo de destruição da natureza, desde a Conferência de Estocolmo (1972), foi trabalhado o conceito de ecodesenvolvimento, que Sachs ampliou para desenvolvimento sustentável. Ele enfatizou a necessidade de se planejar formas de harmonização entre atividades socioeconômicas e o trabalho de gestão do meio ambiente, buscando “aquele desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer de as possibilidades de as gerações futuras atenderem às próprias”.<sup>2</sup>

Esta concepção incorpora “as diferenças entre países e culturas, além de implicar a integração entre meio ambiente e estrutura socioeconômica, num processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas” (Sachs, 1993, p. 21).

Não se pode, pois, separar a sociedade da natureza, pois a natureza não é um espaço passivo à disposição do homem, como tem ocorrido nestes últimos séculos, mas um movimento dinâmico, cíclico, em que a inter-relação e a interdependência garantem sua reprodução e manutenção.

Sachs nos diz que não se trata de crescer menos ou negar o desenvolvimento, mas reconhecer que o limite é uma categoria necessária para planejar as ações futuras.

Então, a idéia de sustentabilidade implica a articulação entre passado, presente e futuro; natureza e cultura; tecnologia e relações humanas, no sentido de possibilitar a realização dos ciclos necessários à existência de uma humanidade social e ambientalmente equilibrada (Mourão e Dansa, 1998, p. 3).

Tudo isto subentende administrar as relações sociedade-natureza a partir da ótica dos interessados na preservação da natureza. A verdadeira escolha não é entre desenvolvimento e meio ambiente, mas entre as formas de desenvolvimento sensíveis ao meio ambiente ou não.

Nesse sentido, estratégias de sustentabilidade, tanto urbanas quanto rurais, devem levar em conta os fatores naturais, culturais e socio-políticos, a densidade de cada espaço/grupo social que deverá participar do planejamento e a execução de medidas organizadas a partir do estímulo à criatividade social, a partir dos erros e acertos do passado.

Sachs (1993, p. 37) apresenta cinco dimensões da sustentabilidade necessárias ao se planejar o desenvolvimento. Em relação ao campus, essas dimensões são observadas da seguinte forma: a) sustentabilidade social orientada por uma outra visão do que é a boa sociedade em que se objetiva construir uma civilização do ser, em que exista maior equidade na distribuição do ter. Na universidade, por exemplo, nas relações entre as pessoas e a sociedade, nas funções de ensino, pesquisa e extensão e nas funções administrativas, b) sustentabilidade econômica tem a ver com a gestão eficiente dos recursos e os investimentos no espaço/campus, c) sustentabilidade ecológica refere-se aos cuidados para que haja o mínimo de danos e a preocupação de preservar a vida no ecossistema onde o campus se encontra; d) a sustentabilidade espacial refere-se aos espaços comuns, naturais e aos espaços ocupados para garantir condições adequadas às próximas gerações no campus; e) sustentabilidade cultural trata das especificidades de cada unidade e grupos de pessoas que freqüentam o campus.

Essas dimensões foram diretrizes para as ações da revitalização dos jardins da Faculdade de Educação extensivas às outras ações realizadas no campus, que implicam uma nova forma de percepção de visão de mundo.

### **Reflexões finais – desafios**

Nossa civilização encontra-se num momento histórico de profundas transformações, devido ao ponto crítico atingido pela crise de valores e à necessidade de reconstrução das relações sócio-político-econômico-afetivas. As questões ecológicas apresentam-se como núcleo central desse momento, pois englobam todas as dimensões da vida no planeta que estão necessitando de um novo olhar e de novas atitudes e valores.

Nesse sentido, revitalizar os jardins, dentro do espaço-campus usado como um laboratório vivencial da nossa vida cotidiana dentro da universidade, permitiu-nos associar conhecimento e ação, mobilização e participação. Esse fato está intimamente ligado ao modelo de educação ambiental que busca atingir os interesses da comunidade, valorizando a participação dos alunos e de toda a comunidade universitária como sujeitos do processo de transformação. Essa

prática envolve os participantes em todos os seus momentos, desde a discussão e a concepção do projeto, até a identificação dos problemas ambientais e a solução dos mesmos.

Na prática pedagógica, a Universidade deve propiciar, além do teórico, experiências onde os alunos possam vivenciar o fazer articulado com o saber. Surge a necessidade de promover a capacitação dos alunos para que possam agir como mediadores das questões ambientais na Universidade, na comunidade e no planeta, para que possam atuar na busca de novos caminhos que criem uma harmonia entre a ciência, a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Diante dessa crise, a Universidade tem um papel fundamental em promover a discussão junto aos alunos sobre a visão que eles têm de si mesmos, do outro e da natureza, sobre a transição de paradigma que estamos vivendo, passando de uma visão cartesiana, fragmentada, para uma visão sistêmica e ecológica.

Os alunos participantes do projeto, matriculados nas disciplinas de Introdução à Educação e Tópicos Especiais em Educação Ambiental, vêm de diversos cursos, e, ao saírem da Universidade, serão profissionais capacitados para atuar como multiplicadores em diferentes áreas, levando para a sua vida, para o seu campo profissional, esta semente de respeito e valorização do meio ambiente, ampliando os seus conhecimentos na construção de projetos sustentáveis, voltados para a qualidade de vida.

### **Agradecimentos**

Aos alunos participantes do projeto “Revitalização dos Jardins” que atuaram de 1997 a 2001, passando o termo de responsabilidade às turmas subsequentes, agradeço pelo entusiasmo, cuidado e seriedade que tiveram na sua concepção, execução e manutenção. Ao Programa de Educação Ambiental e Ecologia Humana da FE, pelo apoio e pela discussão teórica, que deram consistência e sustentabilidade, acreditando que é possível fazer na prática, dentro do espaço do campus onde trabalhamos, um verdadeiro laboratório em que colocamos em prática o que discutimos teoricamente. Ao professor René Barbier, pela sua valiosa contribuição na discussão do projeto por ocasião de sua estada em Brasília. À direção da FE, aos professores e funcionários, pelo apoio. Ao Decanato de Ações Comunitárias, Decanato de Administração e Finanças e à Prefeitura da UnB, pela ação política de valorização, o que permitiu a realização e manutenção do projeto até os dias de hoje.

## Referências

- BARBOSA, Sonia. Ambiente, qualidade de vida e cidadania. In: Hogan, D. e Vieira, P. (Orgs.). *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Unicamp, 1992.
- CÂMARA dos Deputados. *Agenda 21*. Coordenação de publicações. Brasília, 1995.
- DINIZ, Cristina. *Elaboração participativa de um plano de gestão em educação ambiental para o campus da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: ESALQ-USP, 1999.
- FAUNDEZ, A. *O poder da participação*. São Paulo: Cortez, 1993.
- MOURÃO, Laís. *A ecologia humana como fundamento do método vivencial na prática da educação / gestão ambiental*. Brasília: Mimeo, 1995.
- MOURÃO, Laís e DANSA, Cláudia. *A educação / gestão ambiental urbana*. Brasília: Mimeo, 1998.
- QUINTAS, José S. (Org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ibama, 2000.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56.
- SORRENTINO, Marcos. *Educação ambiental e universidade: um estudo de caso*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação – USP, 1995.
- SPAZZIANI, M. *A compreensão da educação ambiental*. Monografia. Mato Grosso: Departamento de Educação – UFMT, 1993.
- UNESCO. *La educación ambiental: las grandes orientaciones de la Conferência de Tbilisi*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
- UNGER, Nancy. *O encantamento do humano*. São Paulo: Loyola, 1991.

## Notas

1. O capítulo 36 da Seção IV da Agenda 21, que leva o título “Promovendo a conscientização Ambiental”, trata mais especificamente da educação e do seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável. Segundo o texto, é recomendável que haja um esforço para que a educação ambiental seja ensinada desde a tenra idade até a fase adulta, integrando os conceitos de meio ambiente e desenvolvimento na discussão dos problemas locais.
2. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum. Relatório Brundtland, 1991.

*Recebida 1ª versão: 18.07.2000*

*Aceita 2ª versão: 04.12.2000*

